



TERRITÓRIO E ESTADO: UMA PERSPECTIVA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA FAVELAS NO RIO DE JANEIRO A PARTIR DA MATRIZ DO CONCEITO DE “TERRITÓRIO PACIFICADO”

Isis do Mar Marques Martins
Mestranda do PPGE-UFF
isis.marinha@gmail.com

Resumo

Uma análise mais complexa da realidade de circunda as políticas territoriais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro é necessária, na compreensão que essas políticas incorporam uma distinção territorial dos direitos ao uso e apropriação do espaço urbano, e em termos mais específicos, analisar um processo geográfico-histórico de lutas sociais de moradores para além de um Rio de Janeiro partido, mas também múltiplo tanto em vozes quanto em políticas de segregação, que vão de encontro a essas políticas de territorialização a partir de uma “pacificação” de favelas e morros na cidade do Rio de Janeiro, e como essas políticas são setorializadas conforme um interesse de classe, e não um interesse da coisa pública. Entendendo que essa setorialização “favorece” (um favorecimento relativo, pois alimenta a contradição e a riqueza de uma minoria majoritária) determinados espaços e reflete também em segregação e setorialização de políticas públicas. Isso leva a pensarmos em alguns problemas que permeiam uma discussão que agora vai além de uma metodologia da definição de território, mas do uso político e social que ainda hoje este compreende, onde a geografia ainda finda a ser confinada em um imaginário disciplinar e cartesiano, que, em tese, não compreende as questões político-sociais de uma realidade que a envolve.

Palavras-chave: Favela, discurso, políticas públicas, território, Rio de Janeiro.

State and territory: An overview of public political for slums in Rio de Janeiro from the matrix of the concept of “territory pacified”

An analysis of more complex reality surrounding territorial policies within the State of Rio de Janeiro is necessary to understand that these policies incorporate a distinction territorial rights to the use and appropriation of urban space, and in more specific terms, a review process geographical-historical social struggles of residents in addition to a Rio de Janeiro party, but also multiple voices both in and in policies of segregation, which go against these policies of territorialization from a "pacification" of the slums and hills City of Rio de Janeiro,

and how these policies are sectorized as a class interest, and not one of public interest. Understanding that sectorization "favors" (favoring a relative, because it feeds the contradiction and the wealth of a minority majority) reflects certain spaces and also in segregation and sectorization of public policies. This leads to think about some problems that pervade a discussion that goes far beyond a method of defining territory, but the use of society and even today it encompasses, where geography has ended to be confined in a disciplinary and imaginary Cartesian which, in theory, not the political issues of a social reality that surrounds.

Keywords: Favela, speech, public political, territory, Rio de Janeiro.

A cidade do Rio de Janeiro passou e tem passado por uma série de transformações que envolvem diferentes escalas de periodização, mas que, de forma geral, encontram-se cruzadas por contextos políticos, sociais, espaciais, por fim, territoriais. Como parte de uma política de anseios à especulação de dois grandes eventos futuros na cidade (Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas mundiais, em 2016), os locais comumente marginalizados e periferizados, e em grande medida as favelas, são inseridas na agenda de políticas públicas diretas, tanto na escala do urbano quanto na escala global. Porém, essa agenda encontra-se com entraves e possibilidades muitas vezes voltadas ainda para uma minoria envolvida indiretamente nessas favelas. As mudanças ocorridas muitas vezes são setorizadas (proximidades dos locais de jogos, por exemplo, assim como em parte da cidade onde a maior parte das classes mais abastadas se encontra e cruza-se com discrepâncias sociais nomeadas entre o morro e o asfalto), e as políticas almejadas são, principalmente, paliativas para uma classe indiferente à realidade social que se vive em espaços marginalizados.

Primeiro, quando se trata de territórios os espaços conhecidos como favelas, o Estado, ao invés de propor uma discussão contemporânea do termo (tal qual diz ser o intento quando hoje substitui as nomenclaturas), ratifica uma ideia de território que não somente se vincula a ideia de Estado-Nação, mas consolida um processo de alheamento do espaço enquanto produção também política e social de grupos, seja na sociedade de forma generalizada, seja nas contradições de classe. Ocorre, assim, não somente uma distinção territorial de direitos, mas uma territorialização de direitos e políticas públicas em espaços marginalizados. Nos atenta, a partir disso, para algo que tem sido recorrente nessas agendas políticas, que é o interesse da noção de território em substituição à favela, pelo poder público, entendendo “a necessidade de obter controle social e pacificar territórios antes dominados por poderes paralelos (em grande medida, o tráfico)”¹.

Segundo, e não menos importante, o território se limita, nessa perspectiva, a lugares onde o tráfico e redes de poder distintas às institucionais, isto é, territórios pacificados são espaços controlados pelo Estado que antes não possuía ordem nem controle institucional. Sabemos, no entanto, que uma discussão rica e múltipla dos sentidos e uso do território vai além das percepções estabelecidas, porém, com a justificativa desse múltiplo, o Estado agora se alimenta de um equívoco ainda geográfico-histórico construído e consolidado no século XX, de limpeza, ordem e segregação do urbano na cidade do Rio de Janeiro (ABREU, 2008; SOUZA, 2008; 2011).

Favela-Comunidade-Território e os sobrevivêtos dos conceitos²

O que se propõe aqui não é fácil, O conceito de território, embora muito difundido e muito utilizado atualmente pelas ciências sociais em geral – e não mais somente pela geografia – ainda é um grande imbróglio terminológico que muitas vezes aperta a garganta. Tal problemática gera uma série de anseios também entre correntes de pensamento que muitas vezes brigam entre si por uma mesma escala epistemológica. O que queremos ressaltar, porém, não se trata do imbróglio conceitual do qual, obviamente, devemos ter em mente e construirmos ativamente a diversidade do conceito assim como sua matriz geográfica, mas do que tendenciosamente discursa como imbróglio como justificativa para manter severas relações que beiram ao mando e à opressão em sociedades atuais. Não é o fato da favela constituir de fato, um território. É usar como subterfúgio de uma (a) política ainda segregatória, que mantém posições nada favoráveis ou simplesmente sociais para uma sociedade ainda marginalizada e ignorada.

O termo favela surge a partir de um local específico: o Morro da Providência, localizado na área central do Rio de Janeiro. Abrigo não somente de escravos alforriados, também ex soldados da “Guerra de Canudos”, finalizada no início do século XX. Na década de 1920, conforme ABREU (2008) é que o termo se generaliza para as demais áreas da cidade localizada em morros onde habitavam conforme os jornais locais, a insalubridade e a sujeira, de todas as formas. Foi contudo a partir da década de 1930 que a favela se insere (sem deixar de ser ignorada) como pauta de ações políticas por parte do Estado não mais como mecanismo de limpar as ruas da desordem e do caos de sujeitos indisciplinados, mas a transição para a incorporação de uma política de controle e segurança.

No início da urbanização, o agravamento da falta de habitações populares foi abordado como uma questão sanitária e de disciplinamento da mão-de-obra, por intermédio de uma política de estímulos fiscais (isenções, abatimentos etc.) à construção de habitações proletárias. Entretanto, até por volta dos anos 40, além dessas tímidas tentativas, a intervenção pública foi basicamente repressiva, orientando-se para a “solução” do problema das favelas através da erradicação física. Além da sobejamente conhecida remodelação urbana de Pereira Passos nos primeiros anos do século XX, diversas favelas do centro da cidade desapareceram nos anos 20. Mas é em torno dos anos 40 que as favelas aceleram mais fortemente sua multiplicação, e se abandona o enquadramento do problema em termo de “solução”.³

Vale destacar que ainda na primeira metade do século XX ocorrem mudanças importantes, principalmente no sistema de controle e ordenamento da cidade do Rio de Janeiro no chamado Estado Novo, presidido por Getúlio Vargas. As relações entre polícia e criminalidade são muito tênues e na década de 1950 se legitima um processo de absorção de um sistema policial viciado em relações de troca.

Nesses contextos, se insere palautinamente uma absorção do termo favela como dissortente de um outro que não se enquadra a ordem da cidade e se cristaliza em uma relação de necessidade dos seus moradores a partir de suas condições precárias de viver e habitar. Surgem políticas assistencialistas que reproduzem o discurso de higienização e limpeza urbano, sem considerar que a imensa maioria dos moradores de favelas da e na cidade habitam e trabalham em prol da construção dessa cidade, muitas vezes ratificando as desigualdades, e conscientes de que o prédio que constroem, por exemplo, não serão habitados pelos mesmos. Isso também é construir e, portanto, fazer parte da cidade.

Na medida em que a presença das favelas é algo já consolidado – muito embora o desejo remocionista ainda permaneça – os setores dominantes da sociedade carioca tiveram que criar mecanismos que possibilitassem a manutenção de seu modo de vida, sem que para isso fosse necessário *explodir* as favelas, como muitos desejariam. A convivência, por vezes forçada, com os favelados que circulam pelas *suas* ruas e *invadem* as *suas* praias, é um dado da realidade que não pode ser desconsiderado. Desta forma, mais que um empreendimento urbanístico, a destruição da cidade do Rio de Janeiro se sustenta no discurso construído sobre os setores populares, e vem assumindo uma dimensão definidora das relações e das ações do Poder Público com as favelas.⁴

O período de 1940 em diante é caracterizado pelo fomento via iniciativa privada de indústrias na chamada periferia urbana do Rio de Janeiro. Essa industrialização de médio porte⁵ afeta a dinâmica urbana em dois aspectos: a evolução da rede viária durante a década de 1940 em diante, intensificada na década de 1950, e principalmente, a migração interna tanto de originários de outras cidades do Estado do Rio de Janeiro quanto de outras regiões do país, tal como Espírito Santo e Bahia. A cidade se expande a partir das condições de trânsito entre um lugar e outro, na produção de novos espaços e novos urbanos.

É na década de 1970 que mudanças marcantes ocorrem na dinâmica espacial, mas também discursiva do urbano na cidade do Rio de Janeiro. Além do que muitos autores irão chamar de processo de consolidação da metrópole carioca, pois: primeiro, o indicativo de crescimento demográfico maciço de outras regiões e principalmente de outras áreas da cidade para áreas periféricas; segundo, a transferência da capital do Brasil para Brasília e o fomento de outras maneiras de fonte de renda para a cidade, que efetivou as atividades – internas e externas – do terceiro setor; terceiro, por conta dessa mudança territorial e financeiro-comercial, o setor do turismo na década de 1970 se expande e se transforma no foco das principais políticas públicas da cidade, inaugurando um consumo visual de paisagem (ZUKIN, 2006) de um Rio de Janeiro “cidade-maravilhosa”⁶.

Como SOUZA E SILVA (2005) ressalta, foi marcante para as definições sócio-espaciais de um poder público enraizado a um poder de construir paisagens. Dentre as principais intervenções, a consolidação de um espaço urbano entre favelas e prédios de luxo, que se intensificam principalmente em um lado da cidade, que vai muito bem explicado na música de Tim Maia, “do Leme ao Pontal”. Não a toa, o cenário mundial do capitalismo ocidental encontra-se em transformação dos setores da economia que envolvem outras paisagens de poder e outro urbano, legitimam o que Lefebvre aponta na década de 1960 como a separação da cidade e do urbano, o constituinte de uma estética burguesa definidos por um Estado burguês.

Pelos estereótipos estabelecidos ocorre ainda meados do século XX uma mudança que parte dos moradores de favela em substituir favela por comunidade. É, de fato, a primeira mudança do qual tratamos que resultou em um processo de distorção em prol de um discurso que legitima o controle e o cerceamento social em lugares específicos em uma cidade para segregar e alimentar o domínio para construir uma imagem de cidade, de Rio de Janeiro, e vale ressaltar que é ainda pelo poder público que esse mecanismo começa a se manifestar, como aponta SOUZA:

Talvez mais que qualquer outro tipo de saber, o planejamento e a gestão (sejam urbano, regionais ou outros) promovidos pelo Estado tipicamente privilegiam um olhar sobre as sociedades e seus espaços “do alto” e “de longe”. Uma das consequências disso é que planejadores urbanos a

serviço da administração estatal se utilizam de um vocabulário cujo conteúdo muitíssimo raramente é objeto de qualquer reflexão, sobretudo de natureza crítica.⁷

O termo comunidade hoje ressalta o que vem fatoriando críticas ao Estado e suas manifestações políticas: homogeneizador, alienante e destituindo de um sentido de cidade e urbanidade. O resultado é ratificado nas políticas superficiais que persistem o discurso de limpeza urbana, higienização da cidade, atendimento à clientela, do pobre, do coitado, do sujo que habitam as favelas. Ao revés, obras efetivas de saneamento, educação, saúde, espaços públicos de qualidade e manutenção de áreas de risco que procurem escutar quem de fato habita tais locais, como veremos adiante, ainda faz parte de uma utopia distorcida.

O Estado tem tradicionalmente apoiado os interesses e privilégios das classes e grupos sociais dominantes, via a adoção de políticas, controles e mecanismos reguladores altamente discriminatórios e elitistas. No caso brasileiro atual (período pós-1964), esse comportamento, associado a uma prática política concentradora e antidistributiva, tem-se refletido na acentuação das disparidades intrametropolitanas [...] O conceito inclui também a não acessibilidade ao consumo de bens e serviços que, embora produzidos socialmente pelo Estado, localizam-se apenas nas áreas mais privilegiadas da metrópole, beneficiando, portanto, principalmente aqueles que aí residem.⁸

Dois processos vão ao encontro das recentes políticas ao qual o Estado reside como agente sócioespacial e financiador, que se cruzam e se consolidam a partir da década de 1950 a 1970, principalmente na cidade do Rio de Janeiro: o tráfico de drogas ilegais e a legitimação de uma rede de agentes que distribuem e reproduzam uma relação mercadológica e segundo, as transformações que a polícia e o poder que ela constrói na cidade enquanto política pública.

Zuenir Ventura, em *Cidade Partida*, aponta que os primeiros traficantes *de peso* na cidade surgem em meados de 1950 e são substituídos por organizações mais sofisticadas, e que a polícia e suas configurações (termos como “mineira” e “propina” também surgem nesse cenário). Conforme entrevistas informais, o mapeamento hoje das redes de poder que se cruza com o Estado são: Comando Vermelho (CV), que foi ramificada em Terceiro Comando e logo depois transformada em Terceiro Comando Puro (TCP) e Amigos dos Amigos (ADA). Tais organizações valem muito bem destacar, não são compostas por matemáticos, ou economistas, ou grandes financiadores mundiais formais. Elas são eminentemente compostas por jovens moradores de favelas, ao qual sem perspectiva de ascensão social em curto prazo, se inserem em uma pirâmide muito bem organizada e inserida em um contexto de relações de classe. Também, ascendem social e financeiramente no tráfico (ou “na gerência da boca”) a partir de méritos estabelecidos a partir de níveis muito bem definidos quanto à reflexão, poder de interpretação e lógica, tal como um emprego formal na chamada “cidade formal”.

Sucessivas políticas de segurança surgiram sob subterfúgio de limpeza social e diminuição da criminalidade sem atentar, contudo, para as razões reais do aumento e fomento das redes de tráfico que, por serem redes, se articulam territorialmente.

Diante de movimentos sociais urbanos consolidados que buscam reivindicar o direito à cidade, temos ainda e de maneira mais legitimadora, o discurso da ordem e da segurança pública. Em um projeto como esse que segue uma realização espaço-temporal definidora e enraizada, surge na década de 1990 o programa Favela-Bairro. O projeto tinha como objetivo implantar e manter uma infra-estrutura urbana local e peculiar em cada favela contemplada. Acerca das

várias áreas em que o projeto foi incorporado e dos vários trabalhos cujo aspecto foi analisar e refletir sobre o programa, o que cabemos saber é que o programa Favela Bairro que tinha como ideologia inserir as favelas à cidade ratificou ainda mais as segregações tanto entre as favelas/comunidades quanto a inserção de políticas públicas efetivas a partir dos sujeitos que ali residem e, acima de tudo, legitima o discurso da favela como um problema para a cidade. Como Henri Lefebvre destaca no livro *O direito à cidade*, projetos de modelos democráticos para a cidade vindos muitas vezes de fora (e ele fala dos intelectuais principalmente) mesmo que bem intencionado, podem instituir ainda mais os problemas da desigualdade e da diferencia em escala verticalizada. Concordamos com MACHADO DA SILVA, ao tratar do projeto em questão:

Essa duplicidade básica na formulação e apresentação do programa é decisiva para tornar politicamente opaco o processo de escolha dos locais favorecidos e para excluir os moradores e suas organizações desse nível fundamental do processo de decisão. Os conflitos entre os diferentes órgãos envolvidos e a quase absoluta falta de articulação funcional entre eles contemplam a opacidade (além, obviamente, de encarecer e atrasar a implementação dos programas, reiterando a necessidade de seleção e ordenamento temporal das favelas contempladas).⁹

No início do século XXI se inicia um processo de transição social e no corpo espacial da cidade do Rio de Janeiro. O discurso da violência se sofisticava e atrai mais que a escala local para a regional e nacional. Casos de extrema intolerância humana surgem na grande mídia tanto por parte do tráfico e das organizações quanto da polícia e dos comandos disciplinares aparelhados pelo Estado. A violência e a desordem urbanas são as principais pautas e os programas de inclusão social cada vez foram mais voltados para o assistencialismo reducionista e produtos de políticas tendenciosas pelo voto e pela política rasa de inserir espacialmente a cidade como um todo.

Destaca-se que não é plausível uma visão romancista para esta proposta. Nosso intuito é, ao contrário, entender a partir da ótica das políticas públicas, o porquê da segregação tão incisiva por parte do poder público em relação a espaços marginalizados por grupos dominantes. Para além dessa reflexão, perguntamo-nos se de fato, e tal como atualmente é apregoado pelo poder Estatal na cidade do Rio de Janeiro, houve a erradicação e/ou diminuição dos índices de violência e desenvolvimento social a partir dos projetos mais que nunca ligados às reflexões feitas pela geografia e se realmente essas interpretações refletem as discussões contemporâneas da geografia no Brasil e no mundo.

Assim, sociólogos e cientistas sociais em geral debatem o papel da favela na cidade do Rio de Janeiro. Intelectuais em todas as escalas questionam o termo comunidade em substituição à favela. Planejadores se inserem nessa nova conjuntura formulada principalmente a partir da constituição de 1988. Agentes públicos se inserem na gestão estatal e municipal em busca de soluções para a chamada calamidade social que assola a cidade do Rio de Janeiro. Organizações de todas as vertentes se inserem nas favelas em busca de violações dos direitos humanos, diante de vários problemas desse cunho.

Nessa perspectiva, surge em 2008 o projeto de implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's), instalada primeiramente no morro Dona Marta, em Botafogo. Tal política prioriza a inserção de uma unidade policial em áreas cujo tráfico estabelecera domínio territorial. Tais favelas são consideradas, pelo poder público, assim que “dominadas” pela polícia de “territórios pacificados”. Em que consiste, para a gestão pública e referência de

plano para a cidade, um território associado ao termo pacificado? Quais as implicações dessa política?

Coisa pública, política pública e territórios – Os conceitos e as representações

A representação da favela como práxis e conceito ligado à presença de poderes paralelos, superficializa duas discussões deveras importantes: a convivência do poder público nessas relações e o conflito gerado entre o Estado e a sociedade local. O diálogo prioriza a importância do controle conforme o Estado nomeado a partir do papel da polícia. Assim como o próprio discurso do Estado, na preocupação excessiva em mitigar conflitos em possibilidades claramente paliativas, que não aprofundam a inserção dessa consciência política.

Políticas públicas pertinentes existem quanto à aproximação do cidadão no espaço e se esse espaço, visto como movimento múltiplo e contínuo, que transforma inerentemente ao novo e à negociação entre as diferenças, realmente existe na pauta política do poder público e do Estado? Ora, sabemos o quanto isso é distante da realidade. Mesmo em espaços de maior discussão e maior conscientização, essa discussão se resume a necessidades superficiais de demandas particulares, que engloba capital visando necessidades minoritárias. Contudo, hoje a discussão se encabeça a partir da produção de gestores e planejadores onde, segundo os mesmos, buscam refletir de maneira mais crítica o papel das políticas públicas no âmbito de espaços antes renegados ou no mínimo ignorados tratando-se de efetivas políticas públicas.

Entendendo o quanto o conceito de território hoje é parte integrante de um processo global de compreensão da pluralidade e diversidade de relações, obtém-se sua inserção na agenda da coisa pública para compreender a pluralidade de atores nas favelas. Tal reflexão vem de vários contextos, e em grande medida de discussões que envolvem cientistas sociais (e incluso os geógrafos que produzem as discussões acerca da sociedade), organizações sociais consolidadas, dentre outros.

Há de se destacar que o conceito de território surge na antiguidade e se conforma a realidades de poder a partir de então, e será incorporado nos principais discursos de criação da ideia de Estado-Nação ainda no século XVIII, e é no século XIX que a partir da maciça industrialização, conceber território é alicerce do produzir um produto. Nasce uma ideia vinculada a ideia de Estado-Nação ao capitalismo industrial e mais tarde o financeiro (PENHA). No caso do Brasil, além da herança do conceito fincado em bases verticais de poder, o território e seus processos muitas vezes são discursados indiferentemente à vontade coletiva, quase como um processo de imersão social.

Ao invés do Estado representar a síntese das múltiplas territorialidades vivenciadas pela sociedade, ao contrário, é apenas a territorialidade estatal que se manifesta, deixando entreaberta a questão acerca dos agentes da territorialização e da determinação cultural do “território”.¹⁰

Para Ianni (1986) no Brasil “subdesenvolvido”, a globalização se deu pela inserção político-econômica de poder externo, isto é, o Brasil se tornou globalizado a partir de sua própria submissão, graças aos acordos de estratégia para o desenvolvimento do país conforme a

necessidade de demandas aliadas ao mercado internacional, valorizando momentaneamente a moeda e as relações internas e externas.

Este era o percurso ideológico inerente ao pensamento representado por Vargas: a industrialização seria o caminho mais curto para a criação de um capitalismo nacional. No pensamento representado por Kubtschek [...] a industrialização somente seria possível no contexto da interdependência e associação [...] Como o Brasil nunca se livrou das condições de dependência econômica, conforme revela toda a sua história, as condições de dependência sempre foram determinantes.¹¹

A ação governamental, nessa perspectiva foi fundamental para as alianças que culminaram, em grande medida, na dependência econômico-financeira do país em relação a potências como os Estados Unidos e Inglaterra. Nessa perspectiva, o território e a construção da cidade convergem para um conceito clássico de territorialização, vinculado a uma ordem nacional, estabelecida mediante poderes veiculados a partir dos Estados e das estratégias que os “representantes destes” encontram como forma de desenvolver o país, a nação.

Porém, o conceito de território é mais amplo, além desse, engloba as ações e as estratégias, por muitas vezes vinculada a uma perspectiva denominada por Haesbaert (2007) como “territórios-zona”, que aponta a ideia de território como contínuo da ideia de Estado agindo sobre o espaço a partir de suas relações inerentes de poder. Mas também a ideia de que o poder se exerce sob outros aspectos da própria práxis social, no cotidiano e principalmente em relações mais próximas a nós, como, por exemplo, os discursos de associativismo e comunidade nas favelas cariocas. É comum, portanto, analisar o território em quatro perspectivas: natural, política, econômica e cultural.

É imprescindível, portanto, que contextualizemos historicamente o ‘território’ com o qual estamos trabalhando. Se nossa leitura for uma leitura integradora, o território respondendo pelo conjunto de nossas experiências ou, em outras palavras, relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço, os elementos-chave responsáveis por essas relações diferem consideravelmente ao longo do tempo [...] Fica evidente neste ponto a necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço como um híbrido [...] Tendo como pano de fundo esta noção híbrida (e portanto múltipla, nunca indiferenciada) de espaço geográfico, o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.¹² (HAESBAERT: 2007, 78-79)

Hoje, a partir dessa semântica conceitual, gera-se um discurso legitimador e distorcido do conceito de território que ratifica uma prática higienista e segregadora na cidade do Rio de Janeiro. A própria análise da representação política se coloca no escopo de territorialidades, impondo, produzindo constantemente territórios de inclusão e de exclusão na(s) cidade(s). Qual espaço urbano está em crise?

O território é, portanto, muito mais que ferramenta política de grupos sociais, é o que faz dos processos sociais uma ferramenta política. Muito menos há de deixar de existir o território pela fluidez das redes e dos fluxos frenéticos no tempo e no espaço. São, portanto, novos espaços e novos olhares para um espaço “composto” de ideologias, que colocam sempre as multiplicidades em aberto. Muito menos também as chamadas redes ocupam espaços simbólicos, são, até o momento, muito mais palpáveis do que imaginamos. O processo de territorialização abrange um sentido multiescalar, isto é, variações dessa territorialidade conforme o seu sentido dado também na perspectiva do devir.

Se a cidade pode ser território e territorialização, realização de multiplicidades, produzir cidades é uma constante. Fruto de conflitos e contradições, as ordens se manifestam conforme as próprias práticas do cotidiano. Mas é também dessas práticas que nascem as hegemonias, não somente na construção política, mas o político e o social imbricados frequentemente. Territorialização da cidade é portanto, as manifestações do pensar e do agir a cidade a partir de atores que desenvolvem tais práticas que denotam relações, por vezes – e na grande maioria – incoerentes às “ordens do local” (SANTOS, 2008; HARVEY, 2006) e propulsoras de discursos do “global”.

O território para Milton Santos é a manifestação de sistemas de objetos e sistemas de ações a partir da técnica e dos objetos técnicos geridos pelas ações da sociedade. É na história que percebemos que o “uso” (o autor entende território como território usado, sempre) do território mudou. Da mesma forma com o discurso da globalização, se a técnica era afeita aos corpos, há uma complexidade muito maior, numa dinâmica de maior sofisticação, no uso do dinheiro, da informação e da reprodução de ideologias na distribuição e no consumo.

O amálgama territorial, que no passado era dado pela “energia oriunda dos próprios processos naturais”, ao longo do tempo vai gradativamente cedendo espaço à informação, “hoje o verdadeiro instrumento de união entre as diversas partes de um território”. O território reúne informações locais e extremamente definidas, vinculadas a um conteúdo técnico e a um conteúdo político, uma dialética que se afirma mediante “um controle local da técnica da produção e um controle remoto da parcela política da produção”. O comando local do território depende de sua densidade técnica e/ou funcional-informacional, enquanto o controle distante, global [...] é completamente dissociado, o que acirra os conflitos entre “um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos e um espaço global racionalizador e em rede.”¹³

O que acreditamos é que, a partir da matriz de território pacificado o Estado se insere a discussão da multiplicidade, envolve e divulga a preocupação em pautar políticas para favelas e áreas periféricas da cidade e constrói projetos de gestão que possibilitem a inserção da população local no processo de produção de tais políticas públicas. Mas, de fato, é o que realmente tem acontecido? Ao se tratar de território, temos um revés conceitual que, ao que parece se constitui como base ainda essa ideia de Estado-Nação mascarado por um ideia de multiplicidade.

Um exemplo dessa reconfiguração está, superficialmente, em dois aspectos um tanto curiosos: o primeiro, e que é aplicável às 19 favelas hoje com Unidades de Polícia Pacificadora, é a inserção das unidades exatamente onde o tráfico instalava sua matriz. Assim como na alegação dos moradores desses locais com UPP que reclamam da entrada somente da polícia, desconsiderando a discussão coletiva de tais políticas de maneira horizontal.

Outra questão é de ordem prática quanto a implantação de programas de gestão que em tese alimentariam a pacificação destes “territórios”. Somos levados a considerar que tais espaços são sim territórios, agentes e produtores de poderes em espaços muito múltiplos, e muito autônomos. Mas até que ponto essa autonomia se exerce nas relações de fortalecimento político quando conceitos que parecem muito simples aos nossos olhos são escamoteados em prol de uma política que ainda persiste na limpeza urbana (vide casos explícitos de remoções em favelas como da Providência, Andaraí, Dona Marta, São Carlos e Chapéu-Mangueira). Ao que parece, sob a égide da violência e da ordem, os agentes estatais procuram viabilizar um

antigo projeto de segregação espacial e higienização da cidade na produção de um senso-comum cristalizado conceitualmente por si próprio (próprios, no caso).

Trata-se de um projeto de cidade desejado pelos setores dominantes, cujo principal aspecto refere-se, em linhas gerais, à construção de uma ordem urbana capaz de regular os fluxos – de pessoas, mas principalmente de mercadorias e capital – e que, com isso, possibilite uma melhor reprodução social dos setores dominantes.¹⁴

Essa é uma questão que se produz não somente pelo contradizer da cidade de cidades mais que partidas, mas de identidades estabelecidas por quem diz mandar para quem eles ditam que obedecem. Contudo, dualismos não funcionam no ditame conflitante do cotidiano de vidas plurais e diferenciadas. Diverso é mais que o conceito de favela e favelado, e território são mais que pacificados.

Também, as ações que visam desapropriar moradores e retirá-los de seu local de moradia nas favelas principalmente nas regiões onde a UPP está implantada é um exemplo de que a postura do poder público é de incompreender as respostas coletivas que mesmo com bastante enviesamento resistiam. Em um contexto em que a cidade encontra-se cercada de reformas, questionamos o motivo de não responder essas respostas aos moradores das favelas, que também fazem parte da cidade do Rio de Janeiro.

Notas breves para uma análise geográfica

Não deixemos de lado, portanto, que planejar diferencia-se de gerenciar, e que a participação social é fundamental na construção de políticas urbanas que possibilitam a inserção da cidade como construção da consciência subjetiva e coletiva. Porém, como já vimos, há a idealização frequente da cidade como lócus de consumo e de des-envolvimento, entrelaçadas a lógicas compreendidas na mercantilização dos espaços.

Estamos hoje em um momento diferenciado na cidade do Rio de Janeiro, no tocante aos atuais eventos de certa reconfiguração de territorialidades – ao menos, em tese. A grande mídia, meio de comunicação pelo qual boa parte da sociedade encontra as informações da cidade e socializam tais informações a partir de suas próprias práticas, frequentemente exalta o discurso da ordem e da segurança como fonte e fundamento da urbanização e do planejamento. Temos, assim, três fatos que paralelamente aos acontecimentos subjetivos, marcam tais discursos e efetivam contradições e discrepâncias: A “ocupação” a partir da força policial de “territórios” cujo poder encontrava-se na organização do tráfico e a criação das Unidades de Polícia Pacificadora, a Copa do Mundo, em 2014 e a escolha da cidade do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas, em 2016. Estes três elementos estão intimamente relacionados em vários aspectos, e principalmente, na intencionalidade do fazer e agir das formas de planejar a cidade.

A partir dessa reflexão, pensamos que o cerne não é a crítica ao planejamento urbano e aos conflitos da cidade, mas a forma de como o conflito alimenta as contradições de uma sociedade desigual. A cidade na globalização é hoje uma discussão despretensiosa em relação à nossa realidade, e, portanto, é uma ideologia, um discurso conveniente atualmente para interesses financeiros e especulativos que toleram a possibilidade do diverso somente para usufruir arbitrariamente. O Estado, participante desse paradigma de “planejamento gerenciado”, incorpora feições desse estado de exceção, a partir de uma lei que tolera a

violência nos mandos e desmandos do próprio poder executivo, e em casos extremos, age sem qualquer moralidade em detrimento de interesses exclusivistas.

O espaço urbano não se faz pela planificação da harmonia e da vida nessa forma de qualidade. Reconhecer que o conflito faz parte da cidade é um papel político da humanidade, e dos cidadãos. Cidadania é a consciência da cidade como parte intrínseca de si mesmo e do seu viver, de forma consciente, produzindo espaços e lugares, na transformação de espaços e lugares em movimento. É, portanto, de interesse público ter em mente que a liberdade do sujeito perpassa a consciência política de cada, de sua importância no espaço e na sua construção constante, entrecortada por encontros e lugares sempre em movimento, que produzem acasos, perspectivas e pensamentos que propulsionam a reflexão, a ciência, o contexto.

Notas

¹ Conforme Decreto Estadual No 42.727 do dia 30 de Novembro de 2010, que institui um programa de apoio e mediação de políticas públicas em comunidades pacificadas: “acerca da pacificação e manutenção da ordem pública em comunidades populares; - que a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos necessitará, também, de uma equipe especializada e tecnicamente adaptada para a execução de projetos e programas concernentes à consolidação do controle territorial e da pacificação, à promoção da cidadania e do desenvolvimento social e à integração plena das comunidades pacificadas por Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) ao conjunto da cidade do Rio de Janeiro.” (Grifo nosso).

² “Considerar as sociedades e seus espaços a partir de uma ‘visão de sobrevoos’ implica analisá-los do ‘alto’ e ‘à distância’. Pois bem: o que significa, de um ponto de vista político, examinar os homens e os grupos sociais exclusiva ou quase exclusivamente ‘de longe’, ‘à distância’ – significa, essencialmente, emular ou adotar a perspectiva típica do aparelho de Estado”. In: SOUZA, Marcelo L: 2011, p. 148.

³ MACHADO DA SILVA, 2002, P. 226.

⁴ FERNANDES, 2005, p. 47.

⁵ Entende-se indústria de médio porte porque encontram-se no perímetro urbano de uma metrópole e, principalmente, porque a maioria das indústrias na cidade consistia em uma produção interna de bens de consumo não duráveis (alimentos, tecelagem, dentre outros).

⁶ Consumo visual da paisagem que se inicia ainda no início do século XX, mas se intensifica e se espraia em cidades do Estado do Rio de Janeiro, unificado em período corrente.

⁷ SOUZA, 2011, p. 151.

⁸ ABREU, 2008, p. 15.

⁹ MACHADO DA SILVA, 2002, p. 232.

¹⁰ PENHA, 2005, p. 13.

¹¹ IANNI, 1996, p. 190.

¹² HAESBAERT, 2007, pp. 78-79.

¹³ SANTOS *apud* HAESBAERT, 2007, p. 60.

¹⁴ FERNANDES, 2005, p. 51.

Referências bibliográficas

ABREU, Maurício. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. 4º Ed. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

FERNANDES, Fernando Lannes. Os discursos sobre as favelas e os limites ao direito à cidade. *Cidades* (Presidente Prudente, Grupo de Estudos Urbanos). 2005, Vol. 2, nº 3, p. 37-62.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.

IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2009.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. A continuidade do “problema favela”. In.: OLIVEIRA, Lucia Lippi (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

PENHA, Eli Alves. Território e territorialidade: considerações histórico-conceituais. *Revista Brasileira de Geografia*. 2005, vol. 59, nº 1, p. 7-24.

SANTOS, Milton. *Natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes. *Fobópole: medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In.: CARLOS, A. F.; SPOSITO, M. E. B. (orgs.). *A produção do espaço urbano: Agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.

VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ZUKIN, Sharon. Paisagens do século XXI: Notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: ARANTES, Antônio A. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Papirus, 2000.